

O CAMINHO PARA A COMPETITIVIDADE É POLÍTICO, ECONÔMICO E EDUCACIONAL

O Brasil perdeu importante posição no mercado mundial por falta de produtividade, de inovação e de capacitação tecnológica. Hoje ocupamos a 57 posição no Ranking Global de Competitividade, do Fórum Econômico Mundial. Nas primeiras colocações estão Suíça, Cingapura e os Estados Unidos que, recuperados da crise internacional de 2008, saltaram duas posições.

O ranking é baseado em dados estatísticos, econômicos e percepções de milhares de executivos, de 144 países. Avalia diversos fatores de competitividade. Nesse ponto, da competitividade, o Brasil foi uma das nações que mais regrediu, nos últimos anos.

O quadro nos faz refletir sobre a máxima, lançada pela revista inglesa “The Economist”, de que enquanto os asiáticos construíram fábricas, nós, latino americanos, fizemos shopping centers para comprar produtos do Oriente. Faz sentido. Na Ásia, os sistemas econômicos são baseados no aumento da produtividade, na poupança e no investimento, enquanto que aqui somos mais propensos ao consumismo e a situações imediatistas.

São várias as deficiências que inibem o desenvolvimento nacional no longo prazo. Não solidificamos os pilares básicos para a competitividade: a infraestrutura, a força institucional, o ambiente macroeconômico, a saúde e a educação. Normalmente buscamos soluções emergenciais para eficiência e produtividade.

O problema de fundo é cultural. Historicamente assumimos uma postura passiva, de espectadores, olhando o cenário e assistindo outras nações emergirem e depois galoparem à nossa frente. Desde quantas décadas somos considerados o país do futuro? Enquanto aguardávamos, acompanhamos o avanço chinês e o despertar da Índia, para citar só alguns exemplos.

Afirmo ser uma questão cultural porque nós, brasileiros, nos acostumamos a viver o autoritarismo, não só na esfera pública, mas também dentro de nossas empresas. A passividade abateu o nosso senso crítico, esfriou o ânimo de participação e reduziu a nossa pró-atividade. As pessoas são normalmente submissas dentro das empresas e as organizações, submissas ao governo. O nosso destino pertence a quem detém o poder.

Esse é um comportamento que ao final acaba se voltando contra a produtividade empresarial. Felizmente, agora muitas de nossas empresas estão buscando modernizar as relações de trabalho e tomar decisões de forma mais compartilhada.

Sim, tivemos algumas melhorias na esfera governamental, desde os anos 80. Deixamos a ditadura e emplacamos novo processo de democratização, abrimos a economia e encontramos estabilidade, com o combate à inflação. Ensaíamos um desenvolvimento, mas logo nos esquecemos de crescer. Estamos fora das grandes cadeias globais de valor e a situação do momento afugenta investidores externos e também os domésticos.

Esse é um reflexo da América Latina em geral, com poucas exceções. Estaríamos vivendo uma década perdida para nossas Américas do Sul e Central? Nos últimos 30 anos, os demais países latino americanos também fizeram certos progressos. A opinião pública se fortaleceu e aumentou a consciência para combater a corrupção, mas isso não foi suficiente para transformar o processo produtivo.

Nessa reflexão, gostaria de me ater principalmente em três pontos, que considero fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e de nossos vizinhos. O primeiro deles diz respeito aos sistemas políticos, ainda de baixa qualidade, com tendência ao populismo e ao curto prazo. Os países que aperfeiçoaram seus sistemas políticos estão muito mais aptos a avançar, como é o caso do Chile, do Uruguai e do próprio México, que melhorou muito nos últimos 15 anos.

Um sistema político modernizado alimenta a estabilidade, organiza a disputa e regula o exercício do Poder, além de facilitar o relacionamento entre as autoridades e a sociedade. Nessa esfera, o Brasil retrocedeu porque adotamos políticas protecionistas e houve excessiva fragmentação dos partidos políticos, sem contar o recente escândalo de depredação do patrimônio público, pelo caminho do financiamento da classe política.

O segundo ponto está relacionado ao sistema econômico. Apenas três países latinos tiveram desempenho positivo do Produto Interno Bruto, na década de 80. Foram o Chile, a República Dominicana e a Colômbia. No Mercosul, encontramos produtividade expressiva no setor rural, mas a propensão ao consumo fez com que deixássemos para trás o incremento da produtividade.

Pegaram o rumo certo os países que optaram por modelos de industrialização orientados às exportações, perceberam não ser sustentável o padrão fechado, onde o Estado é o principal “player”, e estabeleceram normas internas atraentes ao investimento estrangeiro, principalmente os da área de infraestrutura.

Até mesmo o Peru, anteriormente relegado a segundo plano no cenário de crescimento, apresentou resultados positivos e um aprendizado na área de governança, nos últimos anos. Os países que conseguiram sair da crise, de forma estável e permanente, elaboraram alguma espécie de pacto social, uma agenda nacional a ser perseguida, independente da alternância de governos.

Por fim, o terceiro aspecto está associado ao investimento em Educação, de qualidade. Dentre os 65 países avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o Brasil está em 55 lugar em leitura, 58 no ranking de matemática e na 59 posição em ciências. A cidade chinesa de Xangai é a primeira do mundo nos três quesitos.

O PISA é aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maior parte das nações. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Não é à toa que os jovens asiáticos são orientados em período integral, capacitados e preparados para a concorrência global, em sistemas educacionais consistentes. A inovação provocada no Vale do Silício, uma das regiões mais inovadoras do mundo, tem em seus bastidores profissionais de espírito criativo e empreendedor principalmente da Índia e da China, mas também das Filipinas e do Vietnam.

A atual crise brasileira não é apenas econômica e política, é também institucional. Por isso, considero que o avanço será possível quando reunirmos instituições atuantes e virtuosas, não privatizadas por grupos determinados e interesses específicos. Tampouco arcaicas e avessas à inovação.

No Brasil, uma reforma institucional viável precisa envolver o sistema partidário. Os partidos políticos devem estar em compasso com a sociedade e refletir sobre os anseios e desejos dos cidadãos. Hoje são apenas siglas de ocasião, sem ideologia, montadas para abrigar e eleger candidatos.

Por trás de tudo estão sempre as pessoas. Claro, são vitais o interesse e a mobilização sociais, mas política não se faz apenas indo para a rua, é necessário um engajamento cidadão e a sintonia com a vida pública da nação. Só iremos edificar fábricas como as asiáticas e alcançar a produtividade oriental quando investirmos fortemente nesses aspectos, na modernização de nossos sistemas político, econômico e educacional.

Rodrigo da Rocha Loures
Presidente do Conselho Deliberativo
Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade